

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENCÃO DE **PREVENTIVA CORRETIVA** DOS **SISTEMAS** DE BOMBAGEM EXISTENTES NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, **ESPAÇOS VERDES SISTEMAS** DE **BOMBAGEM** DE INCÊNDIOS SOB GESTÃO MUNICIPAL -LOTE 3 481/DCP/2024 NO VALOR DE € 172.908,48 C/IVA

------ PRIMEIRO: <u>MUNICÍPIO DE CASCAIS</u>, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 505 187 531, com sede na Praça 5 de Outubro, número 9, 2754-501 Cascais, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, *CARLOS MANUEL*

LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS,

Assinada digitalmente por CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS Data: 2025.03.12 16:09:04 GMT Assinada digitalmente por JOSE AGOSTINHO DA COSTA PEREIRA Data: 2025.03.12 10:37:32 GMT

Assinada digitalmente por

Data: 2025.03.12 19:26:25 GMT



CÂMARA MUNICIPAL

PEREIRA,

com

domicílio profissional na morada acima mencionada, com poderes para este ato, qualidade e poderes que provou com a certidão permanente obtida via Internet, com o código de acesso subscrita em 27 de junho de 2022 e válida até 27 de junho de 2026, e procuração celebrada em 28 de fevereiro de 2025, autenticada pela advogada Margarida Saquete, conforme registo do ato número 18266L/7420 (código 49191441-812520).------------ CELEBRAM, entre si, este contrato de AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE BOMBAGEM EXISTENTES NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, ESPAÇOS VERDES E SISTEMAS DE BOMBAGEM DE INCÊNDIOS SOB GESTÃO MUNICIPAL - LOTE 3, a executar no prazo de 12 (doze) meses com possibilidade de 1 (uma) renovação por sucessivo e igual período, com início na data de envio da requisição, que lhe foi adjudicado mediante Concurso Público, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, por despacho do Presidente, em 25 de fevereiro de 2025, que aprova também a minuta do contrato, de acordo com o despacho de delegação de competências conferida pela Câmara Municipal de Cascais em deliberação de 21 de outubro de 2021 e atendendo ao disposto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, pelo valor de ℓ 90.576,00 ℓ (noventa mil, quinhentos e setenta e seis euros), considerando a Manutenção Preventiva, e de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), considerando a Manutenção Corretiva, totalizando o valor de € 140.576,00 (cento e quarenta mil, quinhentos e setenta e seis euros), acrescido da quantia de $\in 32.332,48$ (trinta e dois mil, trezentos e trinta e dois euros e quarenta e oito cêntimos), do IVA à taxa de 23%, que perfaz o total de € 172.908,48 € (cento e setenta e dois mil, novecentos e oito euros e

Assinada digitalmente por CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS Data: 2025.03.12 16:09:04 GMT

PEREIRA Data: 2025.03.12 10:37:32 GMT

Assinada digitalmente por JOSE AGOSTINHO DA COSTA



CÂMARA MUNICIPAL

quarenta e oito cêntimos), de acordo com a proposta apresentada, em 16 de agosto de 2024,
que aqui se dá como reproduzida e que fica a fazer parte integrante deste contrato, e ainda o
Programa de Concurso e o Caderno de Encargos, importância essa que será paga pela
Tesouraria Municipal com as formalidades legais, a cujo cumprimento se obriga e de acordo
com as seguintes cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA:
1 - No caso do incumprimento das obrigações contratuais, qualquer uma das partes
adquire o direito a rescindir o presente contrato, sem prejuízo da indemnização a que houver
lugar pelos danos causados em virtude de tal incumprimento
2 - Não obstante o disposto no número anterior, a rescisão deve ser comunicada ao
contraente faltoso, no prazo de 10 dias úteis após a data em que o facto, ativo ou omissivo,
se tiver verificado, podendo aquele apresentar motivo justificativo em igual prazo
3 - No caso de a justificação não ser considerada procedente, deve comunicar-se tal
facto ao contraente faltoso, operando os efeitos da rescisão na data da primeira justificação
CLÁUSULA SEGUNDA:
O primeiro poderá resolver o presente contrato a todo o momento, desde que o
interesse público assim o exija, seja apresentada fundamentação nesse sentido e seja
assegurado o cumprimento das demais regras prescritas no artigo 334.º do Código dos
Contratos Públicos
Nos termos do nº 1 do artigo 290º A do CCP foi designado gestor do presente
contrato
Foram advertidos os outorgantes que este contrato fica dispensado de Fiscalização
Prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do art.º 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de
agosto, na atual redação, começando a produzir efeitos e tendo eficácia financeira a partir da
data da sua publicitação

Assinada digitalmente por CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS Data: 2025.03.12 16:09:04 GMT Assinada digitalmente por JOSE AGOSTINHO DA COSTA PEREIRA Data: 2025.03.12 10:37:32 GMT

Assinada digitalmente por



CÂMARA MUNICIPAL

O montante de € 79.249,72, com 23% de IVA incluído, tem o cabimento número
120857 e o compromisso número 194211, na dotação prevista no Capítulo Orgânico 02 -
Capítulo Económico 02 - Grupo 02 - Artigo 19, do Orçamento da Câmara Municipal de
Cascais, para o corrente ano económico, € 86.454,24, com 23% de IVA incluído, para o ano
de 2026, e € 7.204,52, com 23% de IVA incluído, para o ano de 2027, previsto nas Grandes
Opções do Plano
Arquivam-se: declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., em 20 de
fevereiro de 2025 (válida por quatro meses), certidão emitida pelo Serviço de Finanças de
Oeiras-1, em 10 de fevereiro de 2025 (válida por três meses), Certificados de Registo
Criminal e RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo)
O segundo outorgante, em nome da Sociedade que representa, aceita este contrato nos
precisos termos que ficam exarados a cujo cumprimento em nome dela se obriga
E, para constar se lavrou este contrato que vai ser assinado pelos outorgantes e por
mim